



SEMINÁRIO SOBRE
ENVELHECIMENTO
SOCIAL

ENVELHECIMENTO,
UMA GERAÇÃO EM EMERGÊNCIA

28 A 30 DE SETEMBRO DE 2015

**ANAIS DO 1º SEMINÁRIO SOBRE
ENVELHECIMENTO SOCIAL**

**ENVELHECIMENTO, UM GERAÇÃO EM
EMERGÊNCIA**

GOIÂNIA-GO

28 a 30 de setembro de 2015

APRESENTAÇÃO

Nos últimos decênios uma importante reconfiguração demográfica tem se constituído na sociedade brasileira, com a forte redução das taxas de natalidade e mortalidade conjugadas com o aumento da esperança de vida.

Esse novo cenário tem levado ao aumento da população idosa no cômputo geral da sociedade, constituindo uma nova realidade na estrutura etária, com o decréscimo da população infante-juvenil, o aumento da população adulta e um forte crescimento da população idosa.

Esse Seminário pretende debater os problemas vinculados ao envelhecimento social presentes na sociedade brasileira a partir de uma visão mais global do processo de envelhecimento social, servindo de subsídios para um maior entendimento do processo de envelhecimento, suas consequências e as exigências que se fazem, do ponto de vista social, político e econômico para que esta parcela da sociedade possa usufruir de um envelhecimento saudável.

Nesse contexto, a questão do envelhecimento remete diretamente ao campo da proteção social, aos direitos sociais, ao trabalho e, por extensão, à aposentadoria - principal forma de contratualidade vigente na sociedade assalariada para prover aqueles que se encontram na condição de pessoas idosas.

O Seminário foi realizado como atividade institucional da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), através da Linha de Pesquisa "Trabalho, Emprego e Sindicatos" e do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho (Nest), no contexto de atividades de pesquisa envolvendo proteção social, envelhecimento e aposentadoria.

Comissão Organizadora

Revalino Antonio de Freitas (FCS/UFG – Coordenador)

Adriane Geralda Alves do Nascimento Cezar (PPGS-FCS/UFG)

Fabiani da Costa Cavalcante (PPGS-FCS/UFG)

Fleide Wiliam Rodrigues Alves (PPGS-FCS/UFG)

Leila Silva de Moura (PPGS-FCS/UFG)

Luciene Correa de Oliveira Santos Luz (PPGS-FCS/UFG)

Marco Aurélio Pedroso de Melo (PPGS-FCS/UFG)

Reycilane Carvalho Chadud (PPGS-FCS/UFG)

Comissão Científica

Adriane Geralda Alves do Nascimento Cezar (PPGS-FCS/UFG)

Leila Silva de Moura (PPGS-FCS/UFG)

Luciene Correa de Oliveira Santos Luz (PPGS-FCS/UFG)

Marco Aurélio Pedroso de Melo (PPGS-FCS/UFG)

Revalino Antonio de Freitas (FCS/UFG)

SUMÁRIO

1 - Márcia Andréa Rodrigues Andrade

ARTIGO - Contribuições das Ciências Sociais para a crítica da velhice bem sucedida

05

2 - Fleide Wilian Rodrigues Alves

ARTIGO - Entre o Patriarca do Século XIX e os Avós de Nossos Dias no Contexto do Nascimento da Aposentadoria e da Expansão do Envelhecimento

15

3 – Reycilane Carvalho Chadud

ARTIGO - A Violência na Velhice: uma Discussão Necessária na Formação da Consciência Mental das Sociedades Modernas

31



Contribuições das Ciências Sociais para a crítica da velhice bem sucedida

Márcia Andréa Rodrigues Andrade
Mestre em Sociologia (UFPB)
Doutoranda em Sociologia (UFG)
marcia.dearodrigues@gmail.com

O trabalho tem o objetivo de questionar alguns pontos do discurso gerontológico a respeito da velhice bem – sucedida partindo da contribuição das ciências sociais (em especial a sociologia e a antropologia), enquanto subsídio para analisar como esses discursos são falhos e inoperantes diante da vasta heterogeneidade das pessoas com idade acima de 60 anos.

Para isso, serão lançados alguns dados empíricos de minha pesquisa de doutorado intitulada *Subjetividade, Gênero e Geração: a experiência da soropositividade/AIDS das “pessoas maduras” atendidas em um hospital de referência em Goiânia/GO*, que encontra-se em andamento (qualificado em 21.08.2015) junto ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFG.

A contribuição das ciências sociais para a crítica do discurso gerontológico da velhice bem-sucedida, terá como “pano de fundo” o processo de erotização do envelhecimento, que é explorar os limites da erotização (politicamente correta) da velhice.

Os dados são as narrativas das experiências de pessoas de ambos os sexos, com idade acima de 60 anos e que, curiosamente, não se definem como idosas/idosos, e sim, como mulher/homem maduro/madura, de tal forma que passei a chamá-los sob esta denominação. Apesar dessa classificação ser oriunda do meu objeto de pesquisa, concordo com Feixa (1996) ao dizer que meus interlocutores não formam um grupo heterogêneo, não estou supondo, portanto, que suas diversidade e experiências nas trajetórias de vida são semelhantes.

Também não defino meu objeto de pesquisa como pessoas “soropositivas”, neste caso, amplamente difundido pela sociedade, pelo discurso biomédico e até pelos meus entrevistados/as. Considero o meu objeto de pesquisa como pessoas que “vivem com HIV”, por uma questão simples e lógica, não há porque considerar especificamente soropositiva a pessoa acometida pelo HIV se existe inúmeras sorologias sob as quais indivíduos são positivos e com isso passam a viver com o seu agente causador, seja em sua forma crônica ou aguda. Tais sorologias podem ser, por exemplo, para a Dengue, Papilomavírus Humano (HPV), Lues, Hepatites.

Com isso, concordo com Neves (2011) ao dizer que toda forma de classificação é uma maneira de definir o outro, tanto para o envelhecimento quanto para o HIV, tal classificação estabelece inclusões e exclusões hierarquizantes, que, sob a falta de uma ponderação devida, os conhecimentos produzidos alargam-se pelo domínio da academia chegando ao domínio do senso-comum, quando incorporam certas dimensões valorativas que reforçam os estigmas sociais.

Após parecer do comitê de ética da UFG e do HDT, a pesquisa começou a ser realizada no mês de outubro de 2014 com visitas semanais para observação de campo, e conseqüentemente, a realização de entrevistas com a utilização de roteiro semi-estruturado. Foram entrevistados/as quinze pessoas, dez do sexo masculino e cinco do sexo feminino, entre 60 e 74 anos de idade. A orientação heterossexual foi predominante entre os sujeitos com apenas um homem homossexual.

O Processo de Erotização da Velhice no discurso da velhice Bem – sucedida

O HIV e o envelhecimento constituem em nossa sociedade marcadores sociais de diferença, desde a relação com o preconceito até papéis sociais imputados para quem é categorizado como idoso/a e/ou soropositivo/a. Além disso, até pouco tempo, esse grupo era esquecido nas arenas acadêmicas e no âmbito social. No Brasil, um dos processos que acarretou

certa “visibilidade” aos “idosos” ocorreu a partir dos dados demográficos que mostram um número crescentedeste grupo em um país que ainda se considera jovem.

Tal visibilidade não passou despercebida ao discurso gerontológico que, obviamente, se modificou. Neste momento, se faz interessante mencionar o argumento em que Elias, no livro “A Solidão dos Moribundos” coloca: “por que era assim, e por que se tornou diferente” (ELIAS, 2001, pg. 24).

A gerontologia tem construído ao longo dos anos, a ideia de velhice ativa. Para isso, criou a categoria “Terceira Idade”, que, segundo Henning (2014, pg. 82) “se estabeleceu na segunda metade do século XX em oposição ao estigma da velhice, vista como o fim da vida, propícia à doenças e solidão”.

A ideia de “Terceira Idade” traduziu um sentimento positivo em relação ao envelhecimento pessoal e social, a “Terceira Idade” é tratada ainda como modo de ser e estar no mundo (Debert, 1998).

De acordo com Katz e Marshall (2003), a reflexão em torno do envelhecimento arquitetou um projeto no qual as pessoas de mais idade deveriam usufruir dos benefícios morais da maturidade pós-sexual. O discurso no século XIX postulava que o estilo de vida “prudente” teria o objetivo de retardar o declínio da velhice, ao mesmo tempo em que aceitá-lo seria parte do exercício moral de ajustamento aos efeitos do processo de envelhecimento.

Nestes termos, a velhice se tornou diferente, e essa “transformação” tem especial relevância para esta apresentação (e também para a tese), pois coloca em diálogo o papel da sexualidade na velhice e o que realmente interessa quando vem à luz as prescrições sexuais a esse grupo em específico.

Segundo Debert e Brigeiro (2012) o panorama atual da sexualidade na velhice configura-se de modo diferente, pois o imperativo que marca a reflexão dos especialistas sobre o tema é a inclusão da velhice no curso da vida sexual. A tendência do discurso gerontológico, nas últimas décadas, é propagar uma velhice sexualmente ativa, ou seja, que a sexualidade não se esgota com o passar dos anos.

Ainda de acordo com os autores, uma das vias especialmente proposta pela gerontologia para sustentar o discurso da chamada “Erotização da Velhice” inclui a sexualidade como um dos pilares do envelhecimento bem – sucedido e, claro, ativo. Para isso, os experts mostram que mesmo com o declínio da frequência da atividade sexual, os idosos podem substituir esse decréscimo por uma intensidade ampliada do prazer sexual.

No caso dos homens, não há o entrelaçamento da sexualidade com as sensações eróticas da genitália, ou seja, o coito já não tem papel principal para a concretização do prazer sexual.

Há, portanto, a desgenitalização da sexualidade masculina e a orientação para que explorem novas áreas de prazer em seus corpos, em sua pele, em sua alma. Uma verdadeira sexualidade tez.

Já no caso das mulheres, a sexualidade difusa não é descartada, todavia os caminhos para a manutenção do sexo são orientados para o questionamento dos códigos morais mais restritivos, que supostamente fundamentam o aprendizado da sexualidade feminina.

Estimula-se, por exemplo, que elas não vinculem mais a prática sexual ao desejo do parceiro e sim ao seu próprio, e que a velhice traga consigo também a possibilidade de libertar-se da preocupação do cuidado com os filhos e com o possível julgamento da sociedade, para que desta forma possam assumir abertamente plenamente os seus interesses por sexo (Debert; Brigeiro, 2012).

Alguns achados são pertinentes para analisar os discursos sobre a sexualidade na velhice, no campo da biomedicina e no próprio senso comum. Temos como exemplo, o endosso da gerontologia em colocar como sendo os homens os mais preocupados com a realização do sexo e, por isso, possuindo uma frequência e manutenção maior de relações sexuais se comparado as mulheres de mesma faixa etária.

Logo, cabem a eles, portanto, procurar as parceiras e lançar convites para relacionamentos amorosos que, certamente, envolvem sexo. Também cabe quase exclusivamente ao homem, o maior interesse por sexo do que as mulheres.

A partir dos dados é possível dizer que não é bem assim que as coisas acontecem. Pelo menos no universo desta pesquisa, as mulheres maduras, denunciaram ter tanto desejo por sexo quanto os homens, contradizendo fortemente o discurso acima colocado.

No relato de uma das entrevistadas é possível compreender o desejo claro em ter relações sexuais, como forma de clarear a falsa ilusão de que as mulheres com idade acima de 60 anos perdem a libido e o desejo sexual com o avanço da idade e a diminuição de taxas hormonais.

Maura¹ é uma mulher de 60 anos, vive com HIV há cerca de um ano, atualmente encontra-se em um relacionamento estável com um homem 10 anos mais novo que também vive com HIV, porém morando ainda em casas separadas.

Ao ser perguntada sobre sua sexualidade e disposição para fazer sexo, afirma: “Eu sou fogosa!. Às vezes a pessoa dorme, sonha [com sexo] e quando acorda tem que correr pro banheiro”.

¹ Os nomes mencionados neste trabalho são fictícios.

É oportuno esclarecer que a suposição da gerontologia em informar que “a mulher idosa” é menos interessada por sexo que os homens, sustenta o discurso de que deve-se trabalhar para que elas possam exercer sua sexualidade de forma plena, e livre das amarras da moralidade.

No que se refere ao sexo oposto, o relato de Péricles confronta o saber médico que vai à contramão do discurso gerontológico do sexo ativo, outro viés para a crítica dos discurso gerontológico. Péricles, 66 anos, vive com o HIV há 17 anos, casado com mulher que não vive com HIV. Afirma que durante a juventude sempre teve uma vida de relações extraconjugais sem o uso do preservativo e não sabe quando, nem onde, e com quem adquiriu o HIV.

Na entrevista, Péricles relatou a conversa que acabara de ter no consultório; neste dia da entrevista ocorreu logo após sua consulta com a infectologista, com quem trata a patologia há vários anos. Eis o diálogo:

Você ainda está pensando em Sexo Péricles?! Pergunta a **médica Y**.

Péricles: Não sou eu não doutora, é a carne, retruca.

Médica Y: Você já deveria largar disso [de sexo] há muito tempo, conclui a médica.

Ainda com relação a outros pontos de sua narrativa, Péricles mencionou a dificuldade em ter relação sexual. Bem mais do que os desejos únicos de sua carne, ou a falta de estímulo da médica, a sua dificuldade é ocasionada pela orientação religiosa de sua esposa, quando esta diz a ele:

Esposa: Deus já tirou o desejo da minha carne!.

Péricles: É, mas acontece que Deus se esqueceu de mim, uai!.

Logo, para Péricles de nada adianta que “Deus” retire de sua esposa os desejos da carne, se nele ainda permanece o interesse por relação sexual. A obra divina, neste caso, precisa ser uma via dupla, para a esposa e também para ele.

A dificuldade em manter relações sexuais não é apenas ocasionada por situações envolvendo religiosidade; na verdade, a problemática é mais central, se dá no âmbito da própria relação conjugal.

Uma parcela significativa dos meus interlocutores/as afirmaram que depois do contágio com o vírus, o sexo acabou ou teve uma acentuada diminuição. Na mesma medida em que o

HIV entrou na relação, o sexo saiu, e isto foi evidenciado como uma das principais dificuldades para os sujeitos da pesquisa.

Outra dificuldade no discurso da gerontologia é concretizar o que alguns autores vão chamar de processo de “erotização da velhice”, que não é simples, mas que já nasce como um incômodo para as ciências sociais. Incômodo porque flutua nas arenas da heteronormatividade e o cuidado de si.

Aliado a isso temos a preocupação notória com a saúde e a qualidade de vida, o que resulta em um apagamento da beleza e do erotismo das pessoas com idade acima de 60 anos, tornando-se, portanto, algo sem relevância. O corpo, a beleza, a atração física, são colocados em segundo plano, algo que dificilmente aconteceria em outras etapas do ciclo da vida.

Ao que parece, é como se o envelhecimento bem – sucedido consistisse exatamente em não envelhecer, ao menos sexualmente falando. E a saúde, mais que um direito, constitui hoje um imperativo moral. (AZIZE, 2011).

A beleza, o erotismo, os aspectos corporais, tem especial importância na vida das pessoas que entrevistei, que, baseado na condição de pessoas já não tão jovens como outrora, (resultado no declínio do corpo, e jovialidade) e isso associado (ou não) a condição de viver com o HIV, tem despertado certo incômodo quanto à manutenção da sexualidade na alta perspectiva da velhice bem sucedida². O discurso gerontológico endossa o apagamento desses elementos no contexto da erotização da velhice.

É interessante notar que parte dessa constatação se confunde entre as narrativas dos meus interlocutores. Ora é em virtude da velhice, ora em virtude do HIV. Durante a estadia no campo me deparei com a fala de Evaristo para dar sentido a esse argumento e outras questões de igual importância.

Evaristo tem 70 anos, homem maduro (não idoso), vive com HIV há mais ou menos 3 anos, heterossexual e divorciado de mulher que não vive com HIV. Ao questiona-lo sobre como é a percepção de seu corpo, beleza e atração física³, Evaristo responde enfatizando o aspecto do envelhecimento enquanto decadência física:

“Eu não gosto muito não. Do meu rosto sim, eu gosto, de roupa eu não tenho complexo não. Mas, mesmo assim, não gosto do que eu vejo comparado ao

² O discurso da velhice bem sucedida também agrega a ideia de “qualidade de vida” na Terceira Idade. Não deixarei de lembrar que a manutenção da sexualidade na velhice já foi destaque na mídia, em 2010, quando foi recomendada pelo então Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, sob o argumento do combate as doenças crônicas.

³ Aqui não enfatizo como sendo elementos iguais, mas que são, ou estão, justapostos nas conexões sobre a erotização do corpo.

que eu era [quando jovem]. E a mudança foi muito rápida. Eu tenho fotografias lá em casa, de 10 anos atrás, 15 anos, que eu era bem diferente de hoje. A decadência ela vai chegando muito rápido. Agora do meu corpo... quando eu tô nu, que eu to em casa e me olho no espelho, eu não gosto não. Eu não gosto nem de olhar, eu tô horrível!. Até pra eu ter um namoro vai atrapalhar, porque eu já vou ficar inseguro na hora de ficar pelado perto de uma mulher. Então, é melhor evitar. E tá caminhando pra esse fim aí”.

Percebo com base nas narrativas de meus interlocutores que, se é interessante para a gerontologia assegurar o argumento da sexualidade até o final da vida, deve ser igualmente importante, e inteligente, o reforço das fronteiras que envolvem o desejo, a atração física, o corpo, a beleza. Temos como modelo para argumentação o caso acima, onde a aparência, o corpo e não apenas a saúde, podem ser suficientes para desencadear comportamentos que interfiram no desejo de ter relações sexuais e na própria dinâmica das relações amorosas.

Segundo Debert e Brigeiro (2012, p. 40;50):

“É surpreendente constatar que não se coloque em pauta uma reflexão sobre a beleza do corpo envelhecido ou sobre a possibilidade dos velhos serem atraentes sexualmente. Não obstante todo o esforço de desconstrução de significado sociais em torno do envelhecimento e da sexualidade empreendido pela gerontologia e demais profissionais interessados na promoção destes temas, não consta de suas pretensões nenhuma intenção de promover, do ponto de vista estético, os corpos envelhecidos”.

Alguns autores já constataram que o apagamento da imagem do idoso/as, com a ideia do esgotamento do que seria um capital corporal, resulta no que seria uma *virtual inexistência*, deixando esses sujeitos, em especial as mulheres, fora do mercado da sedução. (SIBILIA, 2012).

Uma das passagens da entrevista com Evaristo ocorre a ideia da invisibilidade do sujeito nas esferas da dinâmica da sedução e sua expectativa futura. Vejamos o fragmento:

Pesquisadora: então você não espera algo de bom daqui pra frente?

Evaristo: não. Porque não tem perspectiva nenhuma. Nem pra ter uma companheira, porque quando você entra assim na fase dos 50, 55 anos você fica invisível, né. As pessoas nem te veem. Pra mulher principalmente. Às vezes eu olho assim pra uma mulher e é mais pra provocar, pra ela ver que eu tô olhando e ela me ignora. Tipo assim, ninguém quer mais nada comigo. Então, as expectativas são péssimas, e mais com o agravante das doenças que ficam te rondando, que qualquer hora podem te pegar... E tem essa “graça” de saber que eu só tenho mais uns 10 anos de vida.

No relato de Evaristo, temos, além da idade (já passados dos 50, 55 anos), as eventuais doenças que “rodam” a vida de quem tem idade acima de 60 anos e, sobretudo, daqueles que

vivem com o HIV. O ônus nesse caso é duplicado na vida dos meus entrevistados, o envelhecimento e o HIV. Por isso que vejo como tão difícil estabelecer algum segmento nas trajetórias e experiências dos meus entrevistados na relação entre velhice e HIV. Isso, de alguma forma se torna um desafio, já que devo construir esforços para pensar até que ponto a velhice, o HIV, ou os dois interferem na sexualidade do idoso?.

Não poderíamos deixar de mencionar os sujeitos que estão fora da gama de adequações do que seria uma conduta para a velhice bem sucedida. Os sujeitos que estão fora são, muitas vezes, considerados como os desviantes, os que “brincam com a sorte”, que não tem o senso de conduzir o que se tornou um bem maior na modernidade: a vida. Para esses sujeitos, chamados no meu campo de “tigrões”, a causa do sofrimento e a vitimização da doença sem cura é por si só o próprio castigo. Estamos diante do subterfúgio dos experts?.

Nestes “desvios” estão (além dos tigrões) os meus homens e mulheres maduras/os que não desejam ter, (ou exercer) uma sexualidade epidérmica plena como preconizado pela gerontologia, ou até mesmo aqueles que não se adaptam a essas determinações, preferindo assim o sexo penetrativo.

Como já foi apontado soma-se as dificuldades do discurso gerontológico, os limites que cercam o debate referente as conjugalidades que não estejam pautadas pela heteronormatividade e para aqueles homens e mulheres maduros/as que vivem com alguma deficiência, ou convivem com algum tipo de comprometimento com a saúde, que aqui é o HIV, mas que poderia ser outro/a. O direcionamento é bem específico, como também são específicas as pessoas que se quer atingir com esse discurso.

Algumas das narrativas das experiências sobre sexualidade dos meus entrevistados/as servem de auxílio para identificar que, de fato, alguns não se enquadram nessa perspectiva. O diálogo com Cloves promove uma reflexão sobre como o HIV acaba impactando na sexualidade dos sujeitos:

Márcia: e após o HIV, como ficou a questão afetiva?

Cloves: ela alterou bem. Porque eu não tive mais aquela vontade de se relacionar com a pessoa, sabe.

Márcia: mas isso corresponde a conhecer novas pessoas ou em ter relações sexuais?

Cloves: tanto de um como de outro. Então relação sexual é muito dif...é bem restrito.

Márcia: mas o senhor já teve depois?

Cloves: já, já.

Márcia: o que foi que mudou?

Cloves: o tempo, reflexão, você fica mais introspectivo.

Em outros casos a suposta falta de desejo e interesse por relacionamentos e exercício da sexualidade plena é afastada por concepções que não envolvem apenas o HIV, mas sim, de outra ordem, como as de ordem religiosa. O caso de Durval é interessante para analisarmos essas conjecturas:

Márcia: e o senhor está feliz solteiro e sem ninguém?

Durval: eu estou, até porque eu não posso, e se eu arrumar uma pessoa pra mim, eu vou ficar todo tempo no adultério. Não vou mais participar da santa ceia e isso eu não quero ficar sem, e outras coisas também da igreja. Então, eu estou conformado e prefiro mesmo ficar com Jesus do que com pessoas...

Márcia: e como é ficar todo esse tempo sem ninguém, no que seria uma abstinência sexual?

Durval: o pastor disse que gente crente é castrado por Deus. Ai a pessoa não tem quase prazer.

O trabalho da tese, expõe ainda outras lacunas que diante do espaço/tempo, não poderão ser enfatizadas, essas exposições estão na ordem do cuidado de si, as modificações na vida e na sexualidade pós HIV, os contratos sexuais/conjugais e a noção de risco. Ainda que não se permitam enfatizar esses elementos, o trabalho apontou alguns deslizes atual empreitada gerontológica da velhice bem sucedida.

Foi possível mostrar que há no discurso dos experts uma enorme dificuldade em promover uma erotização da velhice, e questionar atributos tradicionais de gênero, sexualidade e diferença.

Logo, a partir do que apontam Debert e Brigeiro (2012), é preciso avaliar também o significado do impacto do erotismo politicamente correto sobre as novas gerações de idosos (X, Y e Z), bem como um convite que está sendo feito aos *babyboomers* que estão envelhecendo num país que impulsiona a juventude e que refere a qualidade de vida como o resultado de uma felicidade proveniente de uma vida sexual gratificante.

Referências

AZIZE, Rogério Lopes. **“Evolução da saúde masculina”: virilidade e fragilidade no marketing da disfunção erétil e da andropausa.** In: Corpo, envelhecimento e felicidade. GOLDENBERG, Mirian (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DEBERT, Guita Grin. **A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade**. In: LINS DE BARROS, Mirian (Org). *Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

_____; BRIGEIRO, Mauro. Fronteiras de gênero e a sexualidade na velhice. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 27, n. 80, p. 37-54, 2012.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

FEIXA, Carles. **Antropología de las edades**. In: *Ensayos de antropología cultural*. Barcelona: Ariel, 1996.

HENNING, Carlos Eduardo. **Paizões, Tiozões, Tias e Cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo**. 2014. 422 fls. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

NEVES, Ednalva Maciel. **Comentários**. In: *Novas abordagens para casais sorodiferentes*. Organizadores: FRANCH, Mónica [et al]. João Pessoa: GRUPESSC/Editora Manufatura, 2011.

SIBILIA, Paula. O corpo velho como uma imagem com falhas: a moral da pele lisa e a censura midiática da velhice. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, vol. 9, n. 26. p. 83-114, 2012.

KATZ, Stephen; MARSHALL, Barbara. New sex for old: lifestyle, consumerism and the ethics of aging well. **Journal of Aging Studies**. Ontario, vol. 17, n. 1, p. 3-16, 2003. Acesso em: 01.09.2015. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.94.7255&rep=rep1&type=pdf>.



**ENTRE O PATRIARCA DO SÉCULO XIX E OS AVÓS DE NOSSOS DIAS NO CONTEXTO
DO NASCIMENTO DA APOSENTADORIA E DA EXPANSÃO DO ENVELHECIMENTO**

Fleide Wilian Rodrigues Alves

Mestrando PPGS-FCS-UFG

E-mail: fwralves@gmail.com

Palavras-chave: aposentadoria, envelhecimento; proteção social; avós

Os avós de hoje, tal qual os conhecemos, são o produto de uma construção histórica que vem se reconfigurando ao longo do tempo. O presente texto se propõe a uma investigação acerca do desenvolvimento dessa construção, do século XIX até a atualidade tendo como ponto de partida a história patriarcal rural vista na Europa.

Na Europa do século XIX, conforme explicita Guillemard (1980), prevalecia um modelo de organização familiar pautado na solidariedade entre as gerações e que era baseada na esfera privada. Neste contexto, a velhice apresenta exatamente os contornos

dessas relações, tendo em vista que estas se fundamentam no interesse pelo patrimônio da família - que se encontra de posse dos velhos patriarcas. Assim, os velhos se encontram numa posição privilegiada, visto que a eles estão imbuídos todo o poder familiar, tendo em vista que em sua volta, os parentes despossuídos de bens se prendem. Dessa forma, o velho respeitável, de experiência valiosa, se torna sempre o responsável pela última palavra. É ele que toma as decisões e seus descendentes se submetem obedientemente, tendo em vista que será por meio da transmissão de sua herança - do capital e da posição social - que as gerações futuras se estabelecerão. Cabe salientar que a figura do patriarca é ricamente observada por Ariés (1981), em iconografia.

Esta realidade perdura até que o amplo processo migratório rural-urbano se instituisse na Europa na primeira fase da Revolução Industrial até meados do século XIX. Como consequência, Palier (2014) chama a atenção que nesse período ocorre o aumento vertiginoso das populações nas periferias das grandes cidades, e também a pauperização dessas massas de operários que se instalam próximo às fábricas, minas ou usinas. Estes, ao sair de sua terra deixam o conforto do lar e a segurança de poder ser assistido por sua família, vizinhos ou paróquia para se tornar assalariado e dependente apenas do seu baixo salário. Esse novo assalariado vive em grande pobreza e essa condição acomete mais fortemente os velhos que não conseguem mais vender a sua força de trabalho.

Neste contexto o velho se transforma em proletário urbano conforme aponta Guillemard (1980), que já não tem as posses e os herdeiros de quando morava em sua aldeia. Assim, só uma minoria encontra assistência junto a seus filhos porque suas condições materiais não permitiam o auxílio aos seus velhos pais. Em verdade, estes velhos eram considerados como um sobrepeso para os filhos. Neste sentido, comenta Palier (2014) que a velhice é vista como um risco, uma vez que se a pessoa vivesse muito ela não teria condições para trabalhar e se sustentar. Entretanto, Caradec (2006) chama a atenção ao fato de que o contorno do velho proletário urbano consumido e desfilhado - um enorme problema social - participa da inscrição da velhice nas discussões políticas da época.

Estas discussões ocorrem num momento em que o Estado passa a se impor à realidade de economia liberal, com o advento do Estado social e com a criação do conceito de propriedade social. Neste contexto, Guillemard (1980) aponta que num primeiro momento, na França, os idosos de classes sociais mais favorecidas eram apoiados na esfera doméstica e os demais eram associados a pobreza. Sem poder trabalhar devido à idade avançada, os velhos são entregues à indigência e a caridade. Assim, diante da incapacidade dos filhos de cuidar de seus velhos, o Estado assume a dívida moral da assistência aos idosos, não o dever legal. Desta forma, cabia ao Estado implementar formas de assistência aos idosos pobres e

a outras classes de pessoas incapazes de trabalhar. Porém, em 1905 fica instituído por lei que a assistência aos idosos sem recursos é um direito e não mais um dever. Além disso, é criado o seguro indigência, que se soma ao benefício do seguro a domicílio, de 1851. Verifica-se que até então não existia a velhice como categoria social autônoma, nem uma intervenção pública dirigida especificamente à velhice. A essa condição, a autora denominou de *velhice invisível*.

A velhice invisível se refere à não observância, nas devidas proporções, da questão da velhice pelo Estado. Isto, tendo em vista que outrora os velhos eram cuidados no seio de suas famílias ainda no meio rural, no âmbito privado. Ou se pobres, eram cuidados pela igreja em hospícios ou sanatórios. Neste contexto, se os velhos não apareciam, era como se eles não existissem. Entretanto, com a migração para as cidades e a perda das posses das famílias, muitos velhos proletários se tornam indigentes e passam a ser atendidos pelo Estado, mas apenas em medidas pontuais.

A sequência dos eventos, conforme explicita Guillemard (1980), leva a um segundo momento no estudo da proteção social do idoso, que é marcado pela constituição dos sistemas de aposentadoria. Com estes, a representação social da velhice muda e sua forma de intervenção também. Dessa forma, a proteção social para a velhice, no nível das aposentadorias, ou no nível da ação social, evolui e a velhice se torna uma *velhice identificada*. As aposentadorias se generalizam e passam a ser concedidas por critérios de idade ou tempo de trabalho, não mais por conta da incapacidade do trabalho. Com efeito, a institucionalização da aposentadoria rompe com o princípio de que cada um deve prever e economizar para os seus velhos dias e cabe ao Estado gerir esta nova condição. Desta forma, a aposentadoria passa a representar um divisor de idades da vida, ela se apresenta como um novo estatuto social que não é transmitido, mas que é adquirido socialmente pelo viés do trabalho. A sobreposição de estatutos ocorre com a diminuição da importância dada ao patrimônio herdado e com a percepção do valor do patrimônio acumulado e da cultura que se adquire ao longo da vida. Esta realidade leva a diminuição da duração do ciclo de trocas geracionais e os idosos passam a não ter mais nada a oferecer aos filhos adultos em troca de seu sustento. Neste momento os velhos pais passam a se perceber como um fardo.

Cabe salientar que a instituição dos sistemas de aposentadoria se associa ao envelhecimento na terceira etapa da vida. Assim, conforme Guillemard (2010), a aposentadoria confere uma identidade à velhice que também lhe permite a sua identificação. Esta constatação é particular da França e difere do caso brasileiro onde a aposentadoria não identifica o idoso, conforme proposto por De Freitas (2014), mas a idade de 60 anos, prevista no Estatuto do Idoso e que cronologicamente coincide com o caso francês.

Uma terceira etapa é destacada após a Segunda Guerra mundial, ela é caracterizada pela fundação de uma conjuntura político-econômica que é criada para assegurar os benefícios aos aposentados no que Guillemard (1980) chamou de *velhice assistida*. Paradoxalmente, nesta etapa ocorre a deterioração da ajuda aos idosos tendo em vista que a legislação passa a distinguir os velhos de outras categorias, como os enfermos e os incuráveis. Esta nova condição constitui um conjunto de ações sociais especificamente direcionadas aos idosos. Entretanto, com essa separação a velhice passa a ser assimilada como uma forma de indigência. Isto ocorre, sobretudo, por conta das conjunturas do pós-guerra, em que a política social é direcionada ao estímulo da natalidade, sobre a família e porque a ajuda social recém reorganizada se torna apenas um complemento do regime de proteção estabelecido pela Seguridade Social.

Efetivamente, as medidas de assistência não tinham o alcance necessário. Os mais pobres e os não trabalhadores, os mais necessitados, eram os que menos assistência recebiam. Entretanto, as bases de uma legislação efetiva para a questão dos idosos estava sendo construída.

Esta realidade passa a mudar de fato no quarto período de concretização das políticas de proteção do idoso, que Guillemard (1980) denominou de *velhice integrada*. Isto, quando em 1962 foi instituída a Política da velhice, que estabeleceu diretrizes para o combate de injustiças a crianças e idosos, instituiu políticas de educação sanitária, médicos à domicílio, dentre outras medidas que objetivava o aprimoramento da inter-relação entre o idoso e a sociedade. Neste período ocorre uma forte evolução da intervenção pública em relação à velhice que se traduziu numa política específica. Desta, surge novas práticas, como o estímulo ao lazer e às férias, e são criados serviços especiais de saúde para os aposentados. Logo, as condições de vida dos idosos passa a ser alvo central das discussões e das intervenções do Estado. Esta nova lógica integradora se contrapõe a relegação das práticas anteriores e representa um avanço no sentido de que a partir de então os velhos passam a aparecer para a sociedade, em contraposição às políticas de isolamento de outrora. Neste sentido, passa-se a pensar na velhice como uma etapa de altas aptidões, aspirações e mesmo, consumo. Sinal dessa nova percepção da velhice e dessa nova forma de a administrar é a designação, terceira idade.

Com a institucionalização das aposentadorias uma nova categoria se eleva conforme aponta Caradec (2006), a dos aposentados. Entretanto, seus beneficiários são poucos, de tal forma que nos anos 1930 só um quarto dos idosos franceses recebem pensão de aposentadoria. Assim, só após a Segunda Guerra Mundial que a velhice se torna com efeito a época da aposentadoria e os velhos se transformam nos aposentados, tendo em vista

o aumento do alcance do benefício. De fato, aí se estabelece a aposentadoria como um novo estatuto.

A generalização das aposentadorias permite a obtenção de renda mesmo tendo cessado os dias de trabalho do trabalhador de nações inteiras da Europa. Com esta constatação e com o desejo de receber o mesmo benefício nos seus velhos dias, a sociedade passa a observar o velho como sendo um ente social digno de respeito e admiração, tendo em vista que desfrutar do benefício da aposentadoria passa a ser um sonho do trabalhador em atividade. Um outro efeito do benefício é que ele propicia o aumento da expectativa de vida dos seus beneficiários, uma vez que estes passam a ter renda para se manter materialmente e com o excedente, realizar seus projetos. Com o tempo de vida aumentado, os temas relacionados com aposentadoria e envelhecimento passam a veicular nas discussões nacionais das conjunturas sócio-político-econômicas das últimas décadas. Isto, sobretudo por conta do poder econômico que é investido ao velho por meio de seu benefício, que muitas vezes é única fonte de renda das famílias multigeracionais, pela preocupação econômica gerada pelo seu aumento do tempo de vida e pela questão de quem pagará por seu benefício. Neste contexto, o velho - cujo a lembrança traz referência pejorativa á da pessoa decrépita - dá lugar a um novo Ser, que vive mais porque tem assegurado um mínimo para a sua sobrevivência por meio da aposentadoria.

O estudo do envelhecimento têm se constituído em um tema bastante desafiador, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. As várias disciplinas que se dedicam ao estudo dessa nova fase da vida ainda estão em processo evolutivo, e existem poucos estudos acerca do desenvolvimento humano na idade adulta e na velhice. Infelizmente, do ponto de vista acadêmico formal, considera-se que esse desenvolvimento se encerra no final da adolescência.

Se o estudo, sob o ponto de vista do desenvolvimento humano do envelhecimento é escasso, o mesmo não pode ser dito da análise do envelhecimento sob o prisma das ciências sociais que tem realizado produções regulares sobre o tema. Isto porque a Sociologia se ocupa de relacionar o envelhecimento com as condições e as forças sociais que envolvem as pessoas idosas, e também com a interpretação do modo como esses imprimem significados às experiências entre si e com o meio.

A temática do envelhecimento vem se modificando com o tempo na medida em que as rápidas transformações trazidas pela tecnologia têm deixado os velhos cada vez mais distantes da realidade social. Ela também apresenta aspectos da preocupação dos velhos para com o envelhecimento biológico, a aceleração da passagem do tempo e com a morte. Isto, conforme aponta Fernandes (2005), por conta do adiamento da mortalidade, que acaba

por criar uma descoincidência entre o envelhecimento biológico e o envelhecimento no âmbito social e político. Neste sentido, António (2013) ressalta que o envelhecimento pode ser analisado por duas perspectivas, em termos de estrutura social e na perspectiva do indivíduo. A primeira se refere às alterações no conjunto das populações de idosos da sociedade e a segunda abrange as mudanças progressivas que o envelhecer denota nas estruturas biológica, psíquica e social das pessoas.

Ambas abordagens devem ser consideradas no estudo do envelhecimento, uma vez que ele diz respeito a todas as dimensões da vida social. Isto, diante da nova realidade que se constrói ao alcance dos olhos. Uma realidade onde as gerações famílias se entrelaçam - não só no intuito do desenvolvimento econômico e social de grupos que se unem por necessidade, mas também - por conta da solidariedade que se estabelece entre as pessoas. Neste contexto, o envelhecimento assume grande importância sociológica, tendo em vista a influência social que o idoso imprime, sobretudo nas novas organizações familiares.

Neste âmbito, cabe investigar mais ampliadamente o papel dos velhos nas famílias, e Alcântara (2009) elucida vários aspectos dessa relação. Segundo a autora, historicamente o papel de cuidador das gerações mais velhas é atribuído aos descendentes, a família. Isto é institucionalizado no caso brasileiro, onde o artigo 229 da Constituição estabelece que os filhos tem o dever de assistir os pais na velhice, em seguida a sociedade e por último, o Estado. Entretanto, com nos novos arranjos familiares e da quantidade reduzida de membros nas famílias, envelhecer junto aos seus membros vem se mostrando um desafio. Isto, tendo em vista que a sociedade contemporânea, impactada preponderantemente pelo trabalho, não tem tempo para coexistir com seus velhos. Neste contexto, a autora chama a atenção ao fato de que as mulheres que outrora cuidavam dos filhos, pais e avós, foram introduzidas no mercado de trabalho e assim esses cuidados foram transferidos às creches e aos asilos. Neste sentido, para muitos velhos conviver com os filhos não representa prestígio, satisfação, respeito, tendo em vista que o sentimento que predomina é a solidão ocasionada pelo desprezo no ambiente familiar que não está preparado para lidar com eles. Um aspecto que corrobora para o contrabalanceamento dessa condição é a constatação de que não é raro o velho ser arrimo de família, de modo que sua aposentadoria é fundamental para o sustento de sua família. Porém, o apoio financeiro não é o único modo como o velho contribui com a família. Ele pode, se for saudável, assumir tarefas domésticas e na criação dos netos, para que seus pais possam trabalhar. Essa possibilidade traz elementos novos às relações familiares no âmbito dos vínculos intergeracionais, como novas trocas afetivas e a coeducação de gerações, de tal forma que estas novas configurações são únicas e próprias de cada família.

Desta forma, cabe ressaltar conforme explicita Attias-Donfut & Segalen (2014), que a visibilidade social do velho é inegável. Isto, tendo em vista que desde o início do século XX, a duração da vida aumentou em média cerca de 30 anos. Ao mesmo tempo, houve uma queda de fecundidade de tal forma que o índice está abaixo do nível de substituição das gerações.

Ou seja, de uma forma global, enquanto a idade das pessoas aumenta, o número de nascimentos não está compensando as perdas devido aos falecimentos. Dessa forma, está ocorrendo uma modificação temporal no modo como as gerações estão se sucedendo. Para clarificar esta dinâmica de uma forma sucinta, Tomás (2014) entende por geração como sendo o intervalo de tempo que compreendido entre o nascimento de pais e filhos, que se considera de 20, 25 ou 30 anos em média, dependendo da cultura que se estuda. Com efeito, as gerações conectam o tempo pessoal ao tempo social, que é comum a todos.

Em verdade, as pessoas tinham muitos filhos e os velhos viviam até os 55 ou 65 anos, se muito. Dessa forma, havia uma definição geracional bastante nítida, de maneira que a relação entre netos e vós ocorria por poucos anos. Porém, com o aumento da longevidade dos idosos e com a redução do número de nascimentos, ocorre uma quebra na sequência das gerações. Assim, as novas famílias que se constituem na atualidade são compostas por representantes de várias gerações, são as famílias multigeracionais. Nestas formações convivem muitas vezes, crianças, adolescentes, jovens, adultos, velhos, muito velhos, centenários e ainda, os agregados. Destas relações fluem conflitos e contradições entre os mais jovens e os idosos, que lidam com tempos diferentes, visões de mundo diferentes, realidades diferentes, mas que se encontram e se resolvem na solidariedade da família. Nesta nova realidade da expansão da expectativa de vida, surgem eventos inéditos, sem que haja preparação dos entes envolvidos para lidar com essas situações. Abre-se, enfim, um campo de investigação sociológica para o sociólogo que deve se dispor a investigar e propor soluções para essa nova problemática social.

Fazendo um apanhado em suas memórias e contrapondo com a realidade de sua época, Gorz (2004), propõe uma análise do modo como o idoso envelhece sob a óptica social. O autor salienta que a idade nos jovens é percebida pelos outros e que a juventude se caracteriza pela recusa frente ao envelhecimento inevitável. Essa renúncia não ocorre só pelo envelhecimento, mas também pela recusa ao que os mais velhos propõem. Do conflito de gerações, do embate entre o que já se encontra estabelecido socialmente e a carga de desejos, da rebeldia, da busca pela autenticidade do jovem, surge a criação de sua identidade. Identidade essa que nasce num contexto social alienante diante da realidade estabelecida. Para Gorz, é necessário o entendimento de que envelhecer é um destino social e que ele não

deve dificultar a realização dos projetos pessoais. Para ele, o ato de envelhecer pressupõe um diálogo com o envelhecimento e deve ser permeado por uma arte que se ocupe da sintonia entre o tempo cronológico, social e biológico, e não deve ser visto como algo terminal.

Neste âmbito, Negri (2001) enaltece o envelhecimento, destacando sua beleza, graça e nobreza. Segundo ele o envelhecimento causa nas pessoas a ampliação da capacidade de agir, o aumento da simplicidade e da suavidade. Para o autor a morte não é necessária à vida, o que os jovens sonham é com a velhice, não com a morte. Superar a morte é algo que a humanidade deve procurar sempre, porque ao cessar esta busca, a morte aproxima. Para ele a imortalidade da alma deve se manifestar através da eternidade das ações realizadas.

Na concepção de Tabboni (2006), a idade é um tempo social que, em si, não tem significado, mas é uma construção social que os homens usam para identificar as suas necessidades, oportunidades e barreiras que acompanham vários estágios do desenvolvimento biológico. Não há ligação clara e inquestionável entre a idade biológica, a idade cronológica e a idade social, mas há sim uma ligação mútua de interdependência. Em cada idade correspondem normas sociais que variam muito, dependendo da posição na sociedade e em diferentes períodos históricos, conforme se observa pela retomada de diferentes momentos e realidades. Tais normas podem ser formais, quando são fixadas idade mínima e máxima para trabalhar, para ir à escola, entre outras atividades. A idade social é que define o momento de iniciar e abandonar as diferentes atividades significativas da vida. Para o autor, o estudo da idade adquire o seu pleno significado quando se investiga os conceitos de geração, coorte, curso de vida e de transição.

Neste contexto, conforme aponta Caradec (2006), a simples constatação da existência da velhice não deve ser o suficiente para o sociólogo, que deve sobretudo analisar esta construção social. Neste sentido, Kohli (1986) infere que o início dessa investigação deve passar pela definição de *percurso da vida* como uma instituição social, ou seja, como o conjunto de normas que coordenam a existência. Sob esta óptica e, em decorrência da modernidade, houve uma institucionalização do curso de vida, tendo em vista a grande importância dada a idade cronológica para a definição das etapas da vida, que ocasionou uma normalização dos percursos de vida. Esta cronologização ocorre por conta da centralidade assumida pelo trabalho, que divide a vida em três etapas, uma preparatória para o trabalho, outra de trabalho e uma de aposentadoria. Desta forma, esta normalização preconiza uma nova organização social, cada vez mais focada no indivíduo e sua realização pessoal, em detrimento de seu pertencimento social e familiar. Neste contexto, a institucionalização do curso de vida se apresenta como solução de questões importantes nas sociedades

contemporâneas. Ela colabora para a racionalização das organizações que organizam o gerenciamento de trabalhadores de modo simples e objetivo. Além disso, ela facilita a disciplina do trabalhador que foca seu desempenho na aposentadoria, quando este direcionamento é percebido pela organização.

Tendo isto em vista, percebe-se que as aposentadorias se prestam a um papel bastante importante na institucionalização do curso de vida. Tal importância é percebida porque elas se apresentam como um estatuto social e um reposicionador de existência, que separa os trabalhadores da ativa dos recém retirados do mundo do trabalho.

Cabe salientar que, conforme sinaliza Caradec (2006), é à partir do final do século XIX que esta concepção de aposentadoria - que se apresenta como uma gratificação pelos serviços prestados à sociedade por conta da vida dedicada ao trabalho - passa a prevalecer sobre a ideia da aposentadoria como forma de proteção contra a invalidez. Logo, no âmbito da cronologização da existência desenvolvido por Kohli (1986), é aí que a aposentadoria passa a representar a sim mesma e não um sintoma de incapacidade física. Ela se apresenta como uma compensação moral e institui uma espécie de solidariedade pública entre as gerações, visto que ela fundamenta novas normas de reciprocidade.

Com efeito, a aposentadoria é um dos vários elementos de proteção social que se desenvolveram amplamente no pós Segunda Guerra Mundial. Ela se estabelece no compromisso firmado entre patrões, movimentos operários e o Estado no sentido de melhorar as condições sociais dos trabalhadores e traz consigo benefícios para toda a sociedade. Com a melhoria das condições sociais nas últimas décadas e com a institucionalização dos vários elementos de Proteção social, ocorre um significativo aumento da duração da vida. Tendo isto em vista, é a partir da institucionalização da aposentadoria e de outros mecanismos de proteção social que as pessoas passam a ter o ciclo de vida estendido. Em verdade, o estudo do envelhecimento está diretamente ligado à emergência do estatuto da aposentadoria e os desdobramentos desencadeados pelo trabalho no sentido de sua garantia.

Tomando a centralidade da categoria trabalho no âmbito da cronologização dos tempos de vida, Tomás (2012) corrobora com a discussão ao relacionar a atividade com a idade. Para ele, envelhecer é algo natural, mas a forma como se envelhece, não o é. O modo como se envelhece ocorre em função da qualidade de vida que se tem e do lugar que a sociedade reserva para as pessoas idosas.

Logo, as condições de vida, permeado pelas experiências profissionais e sociais dão notícias das cicatrizes deixadas nos corpos dos velhos trabalhadores. Com efeito, “Envelhece-se no e pelo trabalho, sendo difícil destacar, no processo global, as consequências estritamente devidas ao efeito de desgaste profissional.” (TOMÁS, 2012, p.

90). Dessa forma, o autor salienta que inicialmente as pesquisas acerca da ergonomia foram os que mais se destacaram no estudo da relação entre atividade e idade. Entretanto, a preocupação com a ergonomia vem perdendo espaço para a questão do envelhecimento do trabalhador e mais recentemente se tem dado atenção especial as questões políticas que envolvem o tema, como programas de gestão de idades, carreiras e encargos sociais. Tal constatação ocorre no contexto da atual realidade tecnológica, cujo o trabalhador idoso não acompanha sua velocidade. Desta forma, este trabalhador fica ultrapassado muito rapidamente e a sua produção diminui - porque ele fica menos ágil, mais fraco, aprende mais lentamente, etc. Como consequência, o trabalhador vê as suas condições de trabalho precarizadas com medidas de gestão empresarial que desvalem os desdobramentos sociais da questão. Neste sentido, as mudanças de departamento e de cargo são das medidas mais utilizadas para tratar do problema do trabalhador idoso nas empresas.

A perda de produção verificada no trabalhador idoso ocorre naturalmente devido ao envelhecimento do corpo ou se agrava com as doenças que ele adquire, ou não, no próprio trabalho. Neste sentido, Tomás (2012) chama a atenção a realidade de que a saúde é um dos fatores que mais evidenciam os efeitos da idade do trabalhador. Com a idade no trabalho, o trabalhador passa a evidenciar sintomas físicos e problemas de saúde que podem ou não representar barreiras para o exercício da profissão e para a sua sobrevivência em geral. Esta ideia remete a discussão acerca do envelhecimento patológico e suas implicações no âmbito das práticas laborais e nas etapas da vida. Como exemplo desta construção, os trabalhadores idosos são discriminados por sua condição de estarem envelhecidos, de ter seu corpo e mente desgastados por anos de trabalho e não conseguirem mais o mesmo desempenho do início da carreira. De fato, esta realidade se apresenta de maneira contundente quando se observa a rejeição dos mais velhos e a preferência pelos mais jovens nas seleções para os postos de chefia. Este tipo de abordagem privilegia apenas as exigências do mundo do trabalho, o desempenho profissional, e não leva em conta os aspectos socioprofissionais do trabalhador. Desta forma, ao envelhecimento no trabalho se encontram atreladas questões relativas à empregabilidade, não apenas temas referentes as funções físicas. Em verdade, “[...] a confusão entre doença e envelhecimento está instalada muito para além do que é visível em termos do âmbito profissional.” (Tomás, 2012, p. 99).

Assim, promovendo uma análise pelo viés da empregabilidade, faz sentido entender que o envelhecimento no trabalho se confunde com a ideia da incapacidade vista no século XIX. Só a ideia, tendo em vista que o tema é reeditado nas discussões acerca do que é ser normal na sociedade atual. Isto, tendo em vista a importância que é dada aos profissionais da área médica no sentido da determinação de quem está apto ou não para o

trabalho. Essa é a forma com que o mercado encontrou para lidar com a problemática do envelhecimento do trabalhador.

Segundo Tomás (2012), os profissionais da área médica chegam a ter o mesmo poder de decisão de um juiz de direito, decidindo a vida de quem está apto ou não para o trabalho ou para a aposentadoria. Num contexto de medicalização da existência, a idade é vista como uma patologia.

Neste sentido, Elias (2001) chama a atenção à necessidade de uma reflexão acerca da normalidade. São considerados normais, perante a sociedade, os grupos de pessoas saudáveis com boa capacidade de movimentação, com exceção das crianças pequenas. Esta condição classifica os velhos como um desvio da norma social, um obstáculo para a sociedade. Isto porque os mais jovens têm dificuldade em entender o que se passa na dimensão biológica dos idosos. Para se adaptar à realidade de dependente, os velhos podem apresentar comportamento infantil e ter atitudes consideradas estranhas. Para lidar com esse indivíduo não mais adaptado, o natural é que ele seja encaminhado a um asilo, seja pela família ou pelo Estado. Mesmo que o atendimento médico nesses lugares seja adequado, há o rompimento da convivência com os “normais”, o que faz com que esses estabelecimentos possam se tornar lugares de muita solidão. Mesmo que o afastamento social no qual os velhos são submetidos aumenta, a expectativa de vida tem-se prolongado. Esse afastamento pode trazer grande sofrimento ao idoso, pois isto o separa, na última etapa de sua vida, do convívio da família, dos que ele ama, da comunidade.

Revisitando a questão semântica da terceira idade proposta por Guillemard, Caradec (2006) aponta que com a transformação dos velhos em aposentados, estes passam a receber várias nomeações. Além da terceira idade, são as pessoas idosas dependentes e, recentemente, os seniors. O termo terceira idade faz referência aos clubes de idosos que se difundem à partir dos anos 1970 e diz respeito a uma lógica ativista que se opõe a velhice e representa uma nova juventude. Esta nova construção social, no caso Francês, é delimitada por conta da política da velhice organizada nos anos 1960-1970 que se preocupa com o padrão de vida dos idosos. As medidas tomadas nessa época visam, em suma, deslocar a política da velhice do âmbito econômico para o social e direcionar essas medidas a todas as pessoas idosas, não somente às economicamente fracas. Como resultado, ocorre uma forte conexão entre a aposentadoria e a nova arte de viver associada a terceira idade. Isto porque os fundos de ação social geridos pelas caixas de aposentadoria apresentam novos mercados ao capital, como a organização de cruzeiros e os centros de férias. Como consequência, o surgimento da terceira idade possibilita a alteração nos laços geracionais de tal forma que a

autonomia dos idosos passa a ser valorizada e os idosos passam a recusar o rótulo de peso para os filhos.

Baseado no seu próprio envelhecimento, Bobbio (1997), sugere a criação de uma “quarta idade”, isto porque, os octogenários da atualidade estão perfeitamente lúcidos e produtivos se comparados com os sexagenários de vinte anos atrás. Segundo ele, o envelhecimento biológico só começa a pesar aos 80 anos, e esse tipo de envelhecimento é mais difícil de recuperar, se comparado com o envelhecimento psicológico. O autor traça um paralelo do papel do velho nas sociedades tradicionais e nas evoluídas. Ele salienta que nas tradicionais o idoso ocupa lugar de destaque por ser detentor de sabedoria e experiência. Para as evoluídas, diante das rápidas transformações dos costumes, o velho aparece como sendo o que não sabe, se comparado aos jovens que inclusive tem mais facilidade para aprender. Enquanto o mundo evolui rapidamente, o ritmo de vida do velho fica cada vez mais lento. Entretanto, esses mesmos velhos cada vez mais desconectados da realidade aparecem para o mercado como um enorme grupo de novos consumidores, que devem ser celebrados pelo seu potencial, como se a velhice fosse uma mercadoria como outra qualquer. O autor mostra uma visão sensata e sensível das perdas e ganhos trazidos pelo envelhecimento, ganhos expressos sobretudo, na humildade em reconhecer seus próprios limites e tentar administrar passado e presente com um olhar justo, o que só está ao alcance daqueles que também, como ele com o tempo, ganharam em sabedoria.

Logo, a questão da velhice passa a ser interessante no âmbito de sua inserção nos mercados de consumo. Nesta realidade, a questão social da pessoa idosa é introduzida nas agendas políticas com potência. Não por uma questão de solidariedade, mas por uma inferência do capital, que encontra na relação aposentadoria-envelhecimento um enorme potencial econômico a ser explorado. Ademais, os aposentados passam a executar tarefas nas famílias multigeracionais e a participar na criação dos netos, tendo em vista sua experiência e o tempo livre que dispõem. Tempo este que outrora fora ocupado pelo trabalho, no ambiente laboral, agora passa a ser lotado em casa, no retorno do trabalhador ao lar.

Neste reingresso, os avós são os grandes esquecidos, conforme Attias-Donfut & Segalen (2014). Isto porque eles se perdem no meio de tantas novidades que incidem sobre a família na atualidade e que ocupam a mídia. Entretanto, sua posição assume contornos de grande importância nas novas configurações familiares. Para as autoras, os avós são os responsáveis pela garantia da transmissão para as crianças da identidade da linhagem enraizada num tempo imemorial. Se antigamente o avô era associado com a velhice e à morte próxima, hoje ele, além de ser o criador do vínculo familiar, é o lastro, o que garante a transmissão da ancestralidade. É aquele que mostra para os netos que não haverá

continuidade das gerações fora da família. Sendo assim e, com aumento da duração da vida, a fase dos avós ocupa agora mais da metade da vida adulta. Soma-se a esta realidade a queda das taxas de fecundidade, de modo que apenas essas duas constatações já justificam o estudo dos avós.

Neste mesmo entendimento, Tomás (2014) prossegue a discussão ao enaltecer a memória armazenada com os avós. Para o autor, os avós se apresentam como a pedra angular identitária [...] que nos prendem referencial e intimamente ao passado, para nos possibilitar ler o presente e defrontar o futuro. Os avós tem, por isso, um significado e um profundo sentido que ficou depositado em nós” (TOMÁS, 2014, p. 13). Assim, as relações com os avós se conectam com representações, de tal forma que se torna importante para o pesquisador promover uma ruptura analítica pessoal ao tratar do tema, tendo em vista que sentimentos podem emergir na lida e falsear a verdade.

Com relação a função dos avós no núcleo familiar, conforme tratado por Attias-Donfut & Segalen (2014), ela ainda não está clara, pois depende da proximidade dos entes no que se refere a cooperação geracional. Segundo as autoras, quando os laços geracionais são fortes, os avós se tornam parceiros na educação dos netos, agindo na relação pais-filhos e favorecendo a socialização da nova geração.

Neste sentido, para Tomás (2014), a transmissão exitosa dos ensinamentos e valores dos avós para os netos decorre da legitimidade, da perenidade e da estabilidade da relação avós-netos. E, no contexto das transformações ocorridas na família atual, reforçaram ainda mais a conexão com os ascendentes. Efetivamente, os laços que os prendem são poderosos e representam uma nova espécie de solidariedade, que provém da relação filial e que se prolonga, mas ao mesmo tempo se transmuta e se difere da própria relação filial. Para o autor, nas novas famílias intergeracionais modernas, o lugar que os avós ocupam é um neo-local, que margeia o eixo principal de autoridade pais-filhos, de tal forma que sua autoridade é melhor percebida pelos netos. Isto porque a relação entre avós e netos quebra a frieza dos sistemas de papéis sociais. Na percepção de Tomás a transmissão de conteúdo é mais eficaz na relação entre netos e avós do que entre filhos e pais porque os avós somaram saberes de paciência ao longo da vida, que pesa no processo de integração de dados normativos sociais dos netos. Sendo assim, “[...] os valores implícitos nas atitudes, e as condutas dos avós perante os netos acabam por ser tanto mais persuasivas quanto menos diretivas ou impositivas” (TOMÁS, 2014, p. 20). Com efeito, os avós tem condições de assumir a responsabilidade que seria dos pais no âmbito da orientação e da educação dos netos. Neste sentido, o presente século se propõe a reinserir os velhos num novo movimento de relações

sociais e familiares, conservando-lhes a função primordial da socialização, da regulação e da integração social dos elementos familiares.

Segundo Tomás (2014), a velhice dos dias atuais é diferente da do passado, de modo que os avós de hoje não são como os de outrora. A deferência aos velhos no passado se justificava, na cobiça pelo seu patrimônio, se rico, ou no respeito contrastante com a pobreza e a miséria, se pobre. Entretanto, com [...] as transformações ocorridas nas sociedades que se industrializaram, modernizaram e globalizaram, houve uma reconfiguração do lugar e do papel dos mais velhos e dos avós.” (TOMÁS, 2014, p. 15). Nesta nova realidade, emerge uma outra solidariedade institucional no seio da família, que supera a venerabilidade e a compaixão devotada aos velhos miseráveis do passado. Neste novo lugar, os velhos se fazem representar com efetividade nas novas configurações familiares, sendo portadores dos valores das gerações passadas que se converte em identidade. Ainda, Tomás chama a atenção ao fato de que o lugar ocupado pelos mais velhos depende do que no presente se valoriza e, os avós serão sempre a referência diante das incertezas do futuro.

Considerações finais

Indicadores populacionais apontam que o número de idosos cresce e continuará a crescer rapidamente no Brasil. Se o país era considerado uma nação de jovens, atualmente é uma nação de adultos com vistas a se tornar em breve uma nação de idosos. Ainda, numa outra vertente, as taxas de natalidade decrescem. Esta constatação é bastante desafiadora, sobretudo porque o sistema de previdência oficial apresenta déficits maiores ano após ano.

Esta é apenas uma das questões socioeconômicas que envolvem as pessoas idosas e apresenta uma amostra do grau de importância do tema e que já justifica o estudo da tríade, aposentadoria, envelhecimento e proteção social.

Com vistas a este entendimento, as aposentadorias e benefícios destinados aos idosos podem ser entendidos como uma poderosa medida de proteção social e forma de redistribuição de renda. Isto, observando que elas estão presentes em todas classes da sociedade brasileira. Entretanto, esta realidade faz toda a diferença principalmente para as camadas inferiores, uma vez que a aposentadoria é - por vezes - a única fonte de renda para muitas famílias.

As famílias estão cada vez mais abertas a relações intergeracionais e outras formas de coabitação, como a com agregados. Nelas, o idoso se insere com

representatividade ao colaborar com a criação dos netos, contribuindo com os afazeres domésticos, com sua renda, etc. Desse modo, para Camarano (2009), as trocas intergeracionais podem servir também como uma importante forma de valorização do idoso nas sociedades.

Assim, entende-se que a coabitação do idoso com sua família é uma realidade e representa um avanço em relação aos asilos e outras formas de segregação dos idosos. Desta forma, Alcântara (2009) chama a atenção que cuidar do idoso em casa atende a recomendações da Organização Mundial de Saúde e é uma tendência mundial. Esta informação é importante no estudo do envelhecimento porque os mesmos problemas que o Brasil enfrenta hoje já foi ou está sendo encarado a décadas por países ao redor do mundo, principalmente na Europa.

Um avanço econômico nesta realidade pode ser observado conforme resultados obtidos na pesquisa de Camarano (2009). A autora verificou que as famílias brasileiras que possuem membros idosos com renda de aposentadoria são menos pobres que as que não possuem. Logo, sugere Camarano que, cabe investigar a associação entre formações familiares e condições de vida, tendo em vista que as políticas de seguridade social vem se mostrando eficientes.

Desta forma, enquanto o mercado de trabalho se ocupa de segregar o trabalhador idoso e considera a idade uma patologia, transmutado na condição de avô e no retorno ao lar, ele é recebido com deferência. Os avós adquirem funções, responsabilidades e respondem por uma tarefa que só pode ser exercida por eles, o da transmissão da memória, dos valores da família aos netos.

Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. O velho e a família. In: *Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos*. 2.ed. Campinas SP: Alínea, 2009. pp. 21-30

ANTÓNIO, Stella. Das políticas sociais da velhice à política social de envelhecimento. In: CARVALHO, Maria Irene de. *Serviço social no envelhecimento*. Lisboa: Pactor, 2013. pp. 81-104.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

- ATTIAS-DONFUT, Claudine, SEGALLEN, Martine. Grands-parents, grand oubliés. In: *Grands-Parents: la famille à travers les générations*. Nouvelle édition. Paris: Odile Jacob, 2014. pp. 33-40.
- BOBBIO, Norberto. De senectute. In: *O tempo da memória: de senectute e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 15-55.
- CAMARANO, Ana Amélia. Relações Familiares, Trabalho e Renda entre Idosos. In: JÚNIOR, Juarez Correia Barros (coord.). *Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade*. São Paulo: Editora Edicon, 2009. pp. 81-96.
- CARADEC, Vincent. La construction sociale de la vieillesse. In: *Sociologie de la vieillesse et du vieillissement*. Paris: Armand Colin, 2006. pp. 11-37.
- ELIAS, Norbert. Envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos. In: *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. pp. 79-103.
- FERNANDES, António Teixeira. Processos e estratégias de envelhecimento. *Revista da Faculdade de Letras*. Vol. 15, p. 223-248, 2005. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3730.pdf>. Acesso em: 26 de jul, de 2013.
- DE FREITAS, Revalino Antonio. *Les familles brésiliennes face à l'allongement de la vie: les personnes âgées chefs de famille*. Paris, 2014. Mimeo.
- GORZ, André. Le vieillissement. In: *Le traître*, suivi de *Le vieillissement*. Paris: Gallimard, 2004. pp. 373-405.
- GUILLEMARD, Anne-Marie. A la découverte d'une politique de la vieillesse. In: *La vieillesse et l'État*. Paris: PUF, 1980. pp. 13-41.
- GUILLEMARD, Anne-Marie. A la retraite em mutation. In: *Le défis du vieillissement*. Âge, emploi, retraite: perspectives internationales. 2,ed. Paris: Armand Colin, 2010 pp. 259-280.
- KOHLI, Martin. The world we forgot: a historical review of the life course. In: *Later Life*. The Social Psychology of Aging. Beverly Hills: Sage, 1986. pp. 271-303.
- NEGRI, Toni. De senectute. In: *Exílio*, seguido de *Valor e afeto*. São Paulo: Iluminuras, 2001. pp. 49-54.
- PALIER, Bruno. Naissance et expansion des retraites. In: *La réforme des retraites*. Paris: PUF, 2014, p. 5-24.
- TABBONI, Simonetta. Âge et générations. In: *Les temps sociaux*. Paris: Armand Colin, 2006. pp. 153-157.
- TOMÁS, Licínio Manuel Vicente. A idade no trabalho e o envelhecimento dos trabalhadores. In: *Conjugação dos tempos de vida*. Idade, trabalho e emprego. Lisboa: Mundos Sociais, 2012. pp. 89-111.

TOMÁS, Licínio Vicente. O papel dos avós na transmissão de valores e identidade. In : SIMAS, Rosa Maria Neves (Coord.). *A voz dos avós: gerações e migrações*. Lisboa: Colibri, 2014. pp. 13-25.



A VIOLÊNCIA NA VELHICE: uma discussão necessária na formação da consciência mental das sociedades modernas

Reycilane Carvalho Chadud
Doutorando PPGS-FCS-UFG
reycechadud@gmail.com

Palavras-chave: envelhecimento; violência; sociedade.

A discussão sobre violência na velhice perpassa várias definições, perspectivas e formas de reconhecimento histórico e prático na vida em sociedade, seja em qual tempo ela aconteça. Para intenção deste estudo, iremos utilizar os contornos definitivos de Karl Pillemer (2009) que define a violência na velhice como: todos os maus tratos e casos de negligência incididos as pessoas idosas, sendo considerado por fim, um problema social existente em todos os países, e em todas as culturas mundiais. Como exemplo de lócus de pesquisa na área de violência contra idosos tem-se a sociedade norte-americana, e os aspectos positivos e negativos desenvolvidos por esta sociedade para o enfrentamento de tal matéria tanto no campo social, quanto jurídico e de assistência.

Pillemer (2009) relata que, os maus tratos a idosos não é um fenômeno novo e que, historicamente a agressão e violência para com os pais foram temas de lendas

e literaturas durante milhares de anos. Na história da família comumente tem-se o relato de filhos que entram em conflito com os pais chegando a consequências trágicas, como casos ocorridos na Europa pré-industrial, onde os pais controlavam o principal recurso que era a terra, e os filhos tinham uma atitude de revolta e hostilidade perante este controle.

Também existiram historicamente tensões contra as mulheres idosas, tanto na família como na sociedade em geral. O exemplo mais típico desta hostilidade foi a onda de repressão a feitiçaria ocorrida nos séculos XVI e XVII, que tinham como razão incubada, o fardo que as mulheres idosas representavam aos rendimentos familiares e na ameaça que estas representavam as gerações mais jovens para o acesso a propriedade. Hoje as formas de maus tratos aos idosos tiveram novas configurações, mas nunca não deixando de permanecer seu caráter de perversidade.

A violência na velhice como pentágono da preocupação atual

Não resta dúvida, de que em todas as sociedades, nos últimos anos houve um crescimento do número de idosos e gradualmente em seu tempo de vida principalmente em sociedades industrializadas. De outra forma houve também, no último quarto do século passado uma maior atenção a outras formas de violência na família como as incididas a crianças e mulheres.

No caso específico dos Estados Unidos, e em outras nações europeias, a legislação aprovada contra maus tratos a idosos obriga os profissionais (médicos, enfermeiros e assistentes sociais) a denunciarem quaisquer atos de violência contra idosos e a adoção de programas de serviços de proteção aos idosos. Uma das grandes conquistas para a defesa dos idosos é o ativismo local, com sensibilização a esses maus tratos sofridos pelos idosos e igualmente a organização de grupos de trabalho com serviços de apoio a eles.

Outro vértice importante dessa luta é a publicidade intensa nos meios de comunicação divulgando notícias de cenas de maus tratos a idosos, tanto em lares como em domicílios familiares, o que também tem contribuído para uma maior consciência do público face ao fenômeno, influenciando também os órgãos de decisão política de cada país e conseqüentemente à formação de consciência social em relação aos idosos.

Definição e consistência dos maus tratos aos idosos

Existe uma barreira à compreensão científica e política dos maus tratos aos idosos identificada pelas definições conceituais muito divergentes e não muito claras sobre tal questão. Há felizmente agora, um começo de consenso nos estudos realizados em torno de duas questões: uma que abrange a definição geral da noção desses maus tratos e outra que de acentua nos principais tipos de agressões ocorridos.

A ideia unificadora em todas as formas de maus tratos aos idosos implicam fundamentalmente uma violação da confiança, em que a saúde mental ou física de uma pessoa idosa é afetada por outra pessoa que é responsável pelo seu bem-estar, que em sentido lato consiste na violência física incluindo espancamentos, bofetadas, pontapés, abanões ou outras formas explícitas de força física diretamente destinada a magoar (PILLEMER, 2009, p. 335). Outra categoria dessa violência é a negligência, observada na supressão de alimentos, medicamentos ou de cuidados por parte da pessoa que lhe presta assistência (Guerra, et al 2005).

Em terceiro lugar tem-se os maus-tratos psicológicos, verificados nos insultos dirigidos ao idoso por sua condição, as ameaças de violência física contra o mesmo e a intimidação, não esquecendo é claro da ameaça de colocar a pessoa em um lar da terceira idade. Em quarto lugar tem-se a exploração financeira, patrimonial ou em relação a outros bens valiosos, detectados principalmente na maneira como o filho adulto se torna dependente economicamente do progenitor, caracterizando um contexto de abuso financeiro. Por último tem-se a violência sexual que é caracterizada pela dificuldade em se obter dados estatísticos precisos, embora, com conhecimento da existência frequente desses atos.

Não se pode esquecer que formas diferentes de violência aos idosos ocorrem em muitos casos simultaneamente contra o mesmo indivíduo pelo mesmo agressor, podendo ocorrer dentro de casa pelos próprios membros da família, e em lares da terceira idade ou centros de prestação de cuidados pelos próprios profissionais (MINAYO, 2005).

Dimensão e tipologia dos maus tratos aos idosos

As políticas de proteção aos idosos esbarram numa interrogação: realmente a violência contra idosos é suficientemente ampla para justificar o dispêndio dos recursos em programas de prevenção e tratamento? Estudos realizados principalmente na Europa e América do Norte, baseados em inquéritos, demonstram a dimensão da violência contra idosos que alcança um percentual entre 2% e 6% da população idosa abrangendo todos os tipos de violência possíveis já citados anteriormente neste texto, e entre 1% e 3% apenas em violência física. O grupo das pessoas com demência é considerado pelos estudiosos como o mais propício a receber maus tratos como observado denúncias de prestadores de assistência à saúde dos idosos.

Como a violência aos idosos é um tema oculto e embaraçante, portanto, difícil de ser analisado, um fator positivo para ocorrer um desvendamento desta situação camuflada pela solidão desses velhos e morimbundos (ELIAS, 2001) aparecendo gradualmente quais as razões que levam as pessoas a maltratarem os seus familiares idosos. Define-se o risco de incidência de agressão aos idosos a partir dos conhecimentos obtidos por esses estudos em dois níveis: um que procura saber para quem há maior probabilidade de ocorrer 'abuso' – contando com o reconhecimento de certas características das pessoas, ou das circunstâncias sociais e familiares em que se encontram e que se torne mais provável a prática de maus-tratos; e outro que pontua a possibilidade de uma pessoa em risco se tornar um agressor, observando clinicamente quais as características especiais das pessoas que praticam tal ação. É a partir disso, que as políticas públicas conseguem agir mais concretamente com programas direcionados a redução dos fatores de risco conhecidos e conseqüentemente prevenindo essas situações.

Causas dos maus tratos aos idosos

Existem fatores que coadunam para que idosos venham em maior probabilidade sofrer maus-tratos. As condições de habitação é um fator relevante, porque os idosos que moram sozinhos são os que enfrentam menor risco de sofrer

violências, uma vez que a residência partilhada aumenta as oportunidades de contato, e portanto, de conflito e maus-tratos. Outro fator é o isolamento social, porque em parte os comportamentos considerados ilícitos tendem a ficar ocultos em famílias mais distanciadas socialmente, e de outra forma os maus-tratos prolongados a idosos são menos prováveis em famílias com laços sociais fortes em suas comunidades.

A demência é o fator de maior abrangência e grau de ocorrência de maus-tratos, isso porque configura na assistência a idosos o que Pillemer (2009) conceitua como 'fontes de tensão inter-relacional' ocasionados por comportamentos desordeiros por parte da pessoa assistida, o que outra forma também demonstra que, no ambiente familiar, as pessoas que agredem fisicamente um parente tem três vezes mais probabilidade de ter sofrido atos de violência por parte também do assistido.

Os problemas de saúde mental e de dependência de substâncias por parte dos prestadores de cuidados aos idosos, que com o passar do tempo geram estresse e o aparecimento de problemas graves de foro mental ou emocional e, associado a um consumo abusivo de substâncias alcoólicas ou toxicodependentes aumenta fortemente a possibilidade da instauração de exploração deliberada do assistente ao assistido.

Essa dependência dos agressores em relação ao idoso que necessita de seu cuidado e a quem inflige os maus-tratos, foi fortemente evidenciada no estudo realizado por Rosalie Wolf (1995) que designava a ocorrência de uma 'teia de dependência mútua' entre agressor e agredido. Dois terços dos casos estudados pela autora revelaram que o autor de violência contra idoso dependia financeiramente da vítima e muitos outros dependiam do agredido em ajuda financeira, habitação, transporte e outros tipos de apoio como sustento ou para acudir hábitos de consumo de droga, configurando assim, que os maus-tratos aos idosos não são apenas um problema de assistência à saúde.

A fragilidade crescente do idoso com o aumento da idade também é um fator determinante dos casos de violência por parte de seus cuidadores. Essa fragilidade visível diminui a capacidade do idoso de se defender ou escapar de tal situação. Além disso, a existência de uma deficiência física também contribui para o isolamento social e conseqüentemente para um risco maior de violência, sendo fator de predisposição para tal possibilidade.

Existe uma especificidade de violência conjugal encontrada nos casais idosos, principalmente quando tem-se a perspectiva das idosas, vê-se que, com o aumento da idade, a mulher que sempre foi vítima de violência durante ao anos de casamento se torna mais frágil com a idade e conseqüentemente menos apta a se esquivar ou defender das agressões. Outra forma dessa especificidade de violência conjugal entre idosos é a acerca da prestação de assistência ao cônjuge demente, que, pela dificuldade do cuidado a ser aplicado e do estresse gerado por tal situação, desencadeia o aparecimento da violência entre os cônjuges, mesmo que antes nunca a houvesse ocorrido. Uma explicação para tal atitude estaria na possibilidade do próprio demente pela situação da doença, se tornar agressivo para com o cônjuge cuidador.

Prevenção e tratamento dos maus tratos aos idosos

Existe uma constatação alarmante na consideração dos estudos sobre violência contra os idosos: o risco proeminente de morte. Esse risco acontece porque estatisticamente idosos maltratados, têm três vezes mais chance de morrer num período de três anos após diagnosticado a violência, do que aqueles que não sofreram maus tratos estando esse fator, intimamente ligado a outros efeitos negativos sobre a saúde e a vida em sociedade.

Todos os estudos efetuados sobre violência contra os idosos tem grande acuidade, pois funcionam como detectores de risco e condicionam a programas de prevenção e intervenção antes que a violência ocorra contribuindo para a diminuição no índice de violência aos idosos, com um serviço de proteção eficiente, com apoio jurídico e assistencial as vítimas, condicionando a uma melhor educação dos profissionais que trabalham com idosos, tanto na saúde quanto na assistência social, e também das próprias vítimas sobre seus direitos e possibilidades de denuncia. São esses estudos que possibilitam a formação de programas que levem em conta o tratamento dos atores dos atos de violência concentrando nossas atenções tanto nas vítimas quanto nos agressores, ocorrendo assim uma mudança na forma e mentalidade dos atores sociais em respeito à velhice e suas condições de existência social.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.842. de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e da outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jan. 1994.

GUERRA, H. L; Barreto, S. M; UCHOA, E; LIMA E COSTA, M.F.F. A morte de idosos na Clínica Santa Genoveva, Rio de Janeiro: um excesso de mortalidade que o sistema público de saúde poderia ter evitado. Cadernos de Saúde Pública: 16 (2):545-551, 2000.

MINAYO, Maria Cecília. Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e a sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2ª edição, 2005.

NORBERT, Elias. Envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos. In: A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. pp. 79-103.

PILLEMER, Karl. A violência na velhice. In: O tempo da vida. Fórum Gulbenkian de Saúde sobre Envelhecimento 2008/2009. Lisboa, Fundação Calouste / Príncipe, 2009, p. 331-347.

WOLF, R. S. Maltrato em ancianos. In: Anzola Perez, E. (Org) Atención de los anciones: um desafio para los noventa. pp. 35-42. Washington: OPAS, 1995.



SEMINÁRIO SOBRE
ENVELHECIMENTO
SOCIAL

ENVELHECIMENTO,
UMA GERAÇÃO EM EMERGÊNCIA

28 A 30 DE SETEMBRO DE 2015